

## **Protocolo de delegação de competências da Direção Geral de Alimentação e Veterinária para a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural**

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária, representada neste ato pelo Diretor Geral, Professor Doutor Álvaro Luís Pegado Lemos de Mendonça, adiante designada por DGAV e a Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, representada neste ato pelo Diretor Geral, Engenheiro Pedro Miguel Costa da Silva Teixeira, adiante designada por DGADR, celebram o presente protocolo.

Considerando:

1. Que o despacho n.º 666/2015, de 16 de janeiro, que veio criar os cursos de formação profissional na área da distribuição, venda e aplicação de produtos fitossanitários, atribuí à DGAV, quando o conjunto dos cursos se destine a técnicos e a aplicadores especializados:
  - a. a certificação de entidades formadoras, de natureza pública ou privado;
  - b. a homologação das ações de formação.
2. Que compete à DGAV definir o programa de formação e o regulamento específico dos cursos previstos no artigo 2.º, após estreita articulação com a DGADR e com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), nos termos previstos no artigo 4.º do despacho supramencionado;
3. Que compete à DGAV o reconhecimento e homologação de formação e o reconhecimento de equivalência de formação previamente adquirida, respetivamente nos termos dos artigos 8.º e 9.º do citado despacho;
4. Que este protocolo encontra-se previsto no artigo 10.º do referido despacho;
5. Que a DGADR, dada a sua experiência, é um organismo com reconhecida capacidade para a certificação de entidades, a homologação e reconhecimento de ações de formação, de equivalência de formação e respetivo acompanhamento.

**Artigo 1.º  
(Objeto)**

1. Pelo presente protocolo são delegadas competências nas áreas de certificação e homologação, mencionados no ponto 1 do presente protocolo, dos cursos previstos no artigo 2.º do despacho n.º 666/2015, de 16 de janeiro.
2. No mesmo sentido do ponto anterior, são delegadas as competências de reconhecimento e homologação da formação determinadas no artigo 8º.
3. Acresce a delegação de competências, nos termos do artigo 9º, de reconhecimento de equivalência de formação previamente adquirida, para efeitos de avaliação dos requisitos inerentes à função de formador dos cursos mencionados no ponto 1, mantendo a DGAV as referidas funções para o reconhecimento da habilitação de técnico responsável e de aplicador especializado.

**Artigo 2.º  
(Vigência)**

O presente protocolo vigorará por um prazo de um ano, sendo automaticamente renovado salvo se não for denunciado por uma das partes, comunicada à outra parte por escrito com a antecedência mínima de 60 dias.

Lisboa, 2 de março de 2015

Direção Geral de Alimentação e  
Veterinária,

Direção Geral de Agricultura e  
Desenvolvimento Rural,

(Álvaro Pegado Mendonça)

(Pedro Miguel Teixeira)